

Disputas territoriais em Uberaba (MG): lutas e resistências na produção de alimentos no assentamento rural Dandara

Territorial disputes in Uberaba (MG, Brazil): struggles and resistances in food production at the Dandara rural settlement

Diego Antonio Xavier da Silva

Graduando em Geografia pela UFTM

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Doutora em Geografia pela UNESP. Professora da UFTM

Resumo: O Brasil vive o aumento da fome em diversas regiões, enquanto o agronegócio alcança recordes em exportações com lucrativos rendimentos na agropecuária nacional. Diante desse cenário, o presente texto faz uma reflexão sobre as disputas territoriais e as lutas e resistências na produção de alimentos no Assentamento Dandara em Uberaba (MG). No Dandara, apesar da produção diversificada de alimentos, a falta de apoio e a ausência da organização política interna são problemáticas que acirram o processo de lutas no assentamento. A análise deste texto baseia-se na produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio, considerando dados obtidos na base da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE), em levantamento bibliográfico e na realização de trabalhos de campo. O estudo indica uma preocupante concentração de monoculturas em função da força do agronegócio. A diferença da área destinada à colheita para lavouras permanentes e temporárias e suas produções iluminam parte das dificuldades e desafios das lutas e resistências do campesinato no município.

Palavras-chave: Disputas Territoriais. Agronegócio. Agricultura Familiar. Produção de alimentos.

Abstract: Brazil experiences an increase in hunger in various regions, while agribusiness achieves record-breaking export numbers, generating profitable returns in the national agricultural sector. Given this scenario, the present text reflects on territorial disputes and struggles for food production in the Dandara Settlement in Uberaba (MG). In Dandara, despite the diversified food production, lack of support and internal political organization issues exacerbate the struggles within the settlement. The analysis in this text is based on the comparison between diversified food production and monocultures exploited by agribusiness, considering data obtained from the Municipal Agricultural Production database (PAM-IBGE), bibliographic research, and fieldwork. The study indicates a concerning concentration of monocultures due to the strength of agribusiness. The differences in the area allocated to permanent and temporary crops and their productions shed light on some of the difficulties and challenges faced by peasant struggles and resistances in the municipality.

Keywords: Territorial Disputes. Agribusiness. Family agriculture. Food production.



1 Introdução

A fome é um problema grave e real que afeta muitas pessoas no Brasil. Dados recentes indicam que milhões de brasileiros ainda vivem em situação de insegurança alimentar, o que mostra a persistência do problema em diversas regiões do país. É fato que o Brasil (re)vive o perverso e vergonhoso flagelo da fome, que tem consequências desastrosas para a saúde e bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do país como um todo.

É fundamental que sejam tomadas medidas concretas e efetivas para combater essa situação e garantir o direito à alimentação adequada para todos os brasileiros. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), em 2021, 116,8 milhões de brasileiros (55,2%) estavam com algum grau de insegurança alimentar (IA) e 19 milhões de pessoas (9%) passavam fome, ou seja, em IA grave. Em contrapartida, o agronegócio alcançou recordes em exportações, obtendo os mais lucrativos rendimentos na agricultura e pecuária nacional em toda a sua história. De janeiro a outubro de 2021, o agro havia movimentado U\$102,4 bilhões com exportações, ultrapassando o recorde registrado em 2018, de U\$101,2 bilhões.

Há uma tendência de aumento no processo de reprimarização da economia brasileira, em que as exportações de produtos primários superam as de produtos manufaturados, o que leva o país a retornar ao padrão primário-exportador do período colonial. Essa situação se torna preocupante, já que o país depende cada vez mais da exportação de produtos básicos, sem valor agregado, o que pode provocar impactos negativos na geração de empregos, no desenvolvimento de tecnologias e no crescimento econômico a longo prazo.

Os índices apresentados são no mínimo perturbadores, exigindo medidas para incentivar a produção de bens manufaturados e estimular a diversificação da economia brasileira. Em Uberaba (MG), nos anos 1970, a expansão da lógica capitalista no campo possibilitou que o setor sucroalcooleiro atuasse como motor de desenvolvimento hegemônico no município e na região anos mais tarde. O Programa Nacional do Álcool

(PROÁLCOOL) favoreceu a instalação das primeiras usinas do Triângulo Mineiro, aportando, décadas à frente, um intenso processo de territorialização desse setor ligado ao agronegócio.

Não obstante, nesse mesmo período, iniciava-se um processo de desconcentração das atividades industriais em São Paulo, favorecendo, por sua vez, Uberaba, que na dinâmica de ampliação da fronteira agrícola do Cerrado abrigou projetos como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)¹, em 1975, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER)², em 1979.

O PRODECER foi concebido e implementado com o objetivo de superar as limitações geográficas e regionais e criar uma nova geografia do capitalismo rural, com a intenção de transformar os cerrados brasileiros em um importante pólo de crescimento da agricultura nacional a partir do final do século XX (Santos, 2016, p. 386).

O POLOCENTRO foi o principal programa regional de ação implementado durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), instituído pelo Decreto 75.320 de 29/01/1975, o programa teve como finalidade a ocupação planejada e racional das áreas centrais do Brasil (Silva, 2000, p. 31).

Os dois programas buscaram, essencialmente, apoiar financiamentos e incentivos agrícolas de renomadas corporações agrícolas que se instalaram na região, com melhorias na infraestrutura, logística, técnicas de produção e correção do solo, por exemplo. Mas o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, se compreendidas por seu caráter desigual, contraditório e combinado (Oliveira, 1999), reproduzem, também, relações não-capitalistas.

¹ O Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) foi criado em 1975 pelo governo brasileiro com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região Centro-Oeste do país, que na época apresentava baixos índices de desenvolvimento humano e infraestrutura precária. O programa envolveu a construção de estradas, ferrovias, portos, escolas, hospitais, habitações populares, além de investimentos em agricultura, pecuária e indústria. O POLOCENTRO foi desativado em 1979, mas suas ações tiveram impacto significativo no desenvolvimento da região.

² O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foi pensado e concebido a partir de 1974 como uma iniciativa de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão que teve como objetivo incentivar o desenvolvimento agrícola e a colonização de áreas de cerrado no Centro-Oeste brasileiro, por meio da transferência de tecnologia e conhecimentos agrícolas.

A reprodução social do campesinato se materializa com resistências e enfrentamentos dos movimentos sociais, que historicamente se mobilizam no campo na luta pela reforma agrária. Os territórios da agricultura familiar, cuja espacialidade estudada nesta pesquisa é organizada nos assentamentos rurais, configuram-se como um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico para o campo brasileiro.

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a região do estado de Minas Gerais que concentra os maiores índices de ocupações de terras e manifestações travadas por movimentos sociais de luta pela terra (Dataluta, 2022). Diante desse cenário, uma leitura interpretativa desses sujeitos é apontada nesse texto, destacando a disputa territorial entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa familiar no município de Uberaba (MG). Analisamos a produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio, bem como as políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinadas ao agricultor familiar e as lutas e resistências para a produção de alimentos no assentamento rural Dandara. Além disso, em nosso trabalho de campo, realizamos, com o apoio de um roteiro de questões, algumas reflexões acerca daquele território, com três famílias, sobre essa disputa territorial no município.

O texto está organizado em três eixos principais. O primeiro discute as disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura familiar e/ou tradicional e suas implicações para a produção de gêneros alimentícios; o segundo eixo evidencia essa disputa com base na produção de gêneros/cultivos no Brasil e Uberaba, da área de produção e das políticas públicas; e no último, será apresentado o assentamento rural Dandara, com enfoque na sua produção de alimentos e na organização política.

2 Agronegócio, agricultura familiar e reforma agrária

A acumulação ampliada do capital num processo cada vez mais frenético, pressupõe um movimento que converte bens em mercadorias. A organização do espaço no meio rural, em especial, de sua dimensão

territorial, ganha relevância, uma vez que abriga as ações de produção, circulação e consumo, culminando na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (Paulino, 2008). Assim, o estudo das disputas territoriais é um elemento que tem chamado atenção no interior da produção científica da Geografia Agrária, ocupando uma das principais temáticas nessa área (Vinha, 2021). Na contemporaneidade, tais disputas se expressam de diferentes maneiras no Brasil.

Em virtude das contradições intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo no campo, compreender as relações de poder que reivindicam o território é um prisma que possibilita revelar parte dessas contradições. A histórica ausência de uma política nacional e efetiva de reorganização fundiária marginalizou o acesso à terra aos camponeses, povos tradicionais e originários, indivíduos responsáveis por abastecer e alimentar o país. Na contramão, o avanço do capitalismo, liderado pela pujança do agronegócio, âncora desde o início da década de 1990 a economia brasileira (Delgado, 1985). O espaço agrário transformou suas estruturas de organização de produção de mercadorias agrícolas, tornando os latifundiários aliados da burguesia brasileira.

A disputa pela terra passa a ser fundada na batalha pelo modelo agrícola do agronegócio, em que o grande capital se moderniza e aumenta sua produção. O latifúndio dá novos contornos ao desenvolvimento capitalista no campo, dando ao agronegócio novas roupagens, mas preservando seu conteúdo, com a monocultura e a exportação de bens primários (Porto-Gonçalves, 2009). Por outro lado, os processos de subordinação do campesinato aumentam, cuja exploração, expropriação e violência são traços marcantes. A sujeição da renda da terra abre caminho para a entrada do capital na realidade do camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios (Oliveira, 2007).

No entanto, é justamente nessa contradição que esse grupo se reestrutura enquanto classe social, criando um movimento que contrasta com esse processo. O camponês se aproxima do fazer agricultura, da sua relação com a natureza e outras formas de lutar pela terra. Ela pode ser entendida como a desassociação de parte ou em seu todo das forças do

capital e do mercado (Ploeg, 2008) ou como poder relacionado dentro das cadeias de mercadorias (Simula, 2015).

Dessa maneira, ao debater sobre as territorialidades, considera-se que a luta pelo acesso e permanência na terra se dá no território. Para Raffestin (1993, p. 144-152), o território expressa as relações de poder. Assim, ao se apropriar do espaço, o poder transforma-o em território. Ele se afirma por meio da posse do espaço, tendo em consideração a intenção de se apoderar do local que é "preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática". E conceitua o território como um conjunto de ações e objetivos associados aos elementos do espaço, que podem ser interpretados como sistemas de objetos.

Para Souza (2009), o espaço se forma uma categoria influente para o entendimento dos processos, por oferecer elementos explicativos, com base na prática socioespacial, para a formação, organização e constituição dos territórios. Os sujeitos transformam o espaço mediante as ações políticas, sociais, culturais ou econômicas, e assim, se territorializam no espaço. Para Fernandes (2006), é relevante enfatizar que o espaço enquanto fragmento ou parcela é uma representação criada a partir de uma definição influenciada pela interação social, formada por uma relação social. Essa representação requer uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão simplista do espaço, reduzindo suas qualidades.

Nesse sentido, apresentam o espaço político apenas como político, o espaço econômico apenas como econômico e o espaço cultural apenas como cultural. Essa interpretação ocorre mesmo que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementares do espaço geográfico. A intencionalidade é um modo de compreensão utilizado por um grupo, uma nação, uma classe social ou mesmo uma pessoa para se realizar, ou seja, para se manifestar no espaço.

A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, mas única, sempre uma forma, um modo de ser e de existir. É uma identidade constituída. É necessário delimitar o espaço para diferenciá-lo e identificá-lo, o que pode levar a uma leitura parcial do espaço que é

apresentada como totalidade. Cada grupo social se vê como o centro do universo, restringindo a multidimensionalidade do espaço à sua intencionalidade. Em outras palavras, a parte é transformada em todo e o todo em parte, o que resulta em uma representação unidimensional do espaço.

A visão parcial que criou essa representação é expandida para representar a multidimensionalidade do espaço, criando diferentes leituras socioespaciais. Essas leituras produzem um espaço geográfico e social específico, conhecido como território, que é apropriado e mantido por uma determinada relação social e poder. Essa relação social e poder é concedida pela receptividade. O território, enquanto construção social, é permeado por convenções e confrontações, na medida em que sua existência implica na delimitação de limites e fronteiras, que por sua vez, geram conflitualidades entre as diferentes relações sociais que se estabelecem nesse espaço.

Embora seja uma fração do espaço geográfico, bem como de outros espaços materiais ou imateriais, é importante destacar que o território não é uma representação unidimensional, mas sim um espaço multidimensional que possui qualidades composicionais e completivas dos espaços. O território, inclusive, pode ser entendido como um espaço político abstrato, que se configura a partir das dimensões de poder e controle social que lhe são inerentes. É, portanto, fundamental enfatizar que as partes que compõem o território possuem as mesmas características da totalidade, o que evidencia a multidimensionalidade desse espaço (Fernandes, 2006, p. 33).

É possível afirmar que todo território é composto por um espaço, embora este não necessariamente seja geográfico, podendo ser social, político, cultural, cibernético, entre outros. Por outro lado, é importante ressaltar que nem todo espaço é um território, sendo que os territórios são dinâmicos, podendo se mover e se fixar em diferentes locais no espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação, por exemplo, é considerado seu território, que pode ser composto por diferentes subterritórios.

As relações sociais são responsáveis por transformar o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço considerado um elemento a priori e o território um elemento a posteriori. É importante destacar que o espaço é perene, enquanto o território é intermitente, sendo produzido e reconfigurado continuamente pelas relações sociais de maneira contraditória, solidária e conflitiva. Esses vínculos são indissociáveis e explicitam as relações de contradição, solidariedade e conflitividade presentes na multidimensionalidade do território como espaço geográfico, que contém tanto os elementos naturais como aqueles produzidos pelas relações sociais.

O território é, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou e sua existência e destruição são determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Dessa forma, o território pode ser compreendido como um espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais.

É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (Fernandes, 2006, p. 34).

Sendo assim, partindo dessas relações sociais (do campesinato), esses dois tipos de territorialidades, autônoma e/ou subordinada, constroem territorialidades marcadas por profundas diferenças. As territorialidades camponesas autônomas pretendem a reprodução da vida, fundamentadas no trabalho familiar, na luta por autonomia, na relação com a natureza, na produção de alimentos, na tentativa de equilibrar diversos elementos que fazem parte de um modo de viver.

Ao se aproximar da natureza, o camponês cria uma base de recursos controlada, respaldada nos saberes populares, produz suas próprias culturas e os insumos que precisa, atua em cooperação, gera mercados

camponeses populares e se aproxima do consumidor. Essa base blindada os camponeses das instabilidades econômicas e ambientais, e preserva a sua riqueza cultural e de todos em sua volta. Já as bases subordinadas afastam o camponês da natureza e das heranças culturais populares, das distintas formas de cooperação, e com isso, se aproximam, em maior velocidade, dos mercados globais de sementes e agrotóxicos. São camponeses extremamente dependentes do capital industrial, comercial e financeiro, e de financiamentos.

Quanto mais depende, maior é a probabilidade dele ser marginalizado perante a sociedade, resultado da perda de suas produções ou, em último caso, de suas terras. Se torna um cidadão vulnerável até que o caminho oposto seja trilhado. Contudo, as unidades de produção não se assumem, em sua totalidade, como autônomas ou subordinadas. Ser parte autônoma é ter relativa autonomia em um estúpido cultivo ou em um dos estágios desse cultivo, mas não no conjunto ao todo.

O camponês parcialmente autônomo se assemelha ao parcialmente subordinado, sendo um meio-termo entre a subordinação e a autonomia, produzindo distintos usos dos territórios, em situações conflitantes de subordinação e autonomia. Entre os extremos, há variadas circunstâncias, níveis e graus de subordinação e autonomia. Um camponês, que num dado momento possuía um nível elevado de autonomia, pode se transformar em um camponês parcialmente autônomo, o que também o leva a ser parcialmente subordinado. São as chamadas Pluri-multi-territorialidades camponesas, variações que ocorrem entre os extremos, isto é, entre a subordinação e a autonomia (Origuéla, 2020).

Dessa forma, as territorialidades dos camponeses podem ser classificadas como subordinadas, autônomas ou uma combinação de ambas. Essas formas de territorialidades dependem das interações que os camponeses têm com o contexto agrário, o movimento socioterritorial e o Estado, e suas instituições. Em outras palavras, a forma como os camponeses se relacionam com elementos externos à sua unidade de produção influencia suas territorialidades. Além disso, foi por meio das

disputas territoriais, que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) estendeu sua área de atuação, por meio de grandes ocupações de latifúndios com a organização de milhares de famílias em acampamentos, o que resultou em numerosos espaços de luta e esperança.

Como acentuam Stédile e Fernandes (1999) acerca da principal maneira de desapropriar terras:

Se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado... a lei só é aplicada quando existe iniciativa social... a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei (Stédile; Fernandes, 1999, p.117).

As ocupações realizadas pelo MST, bem como de outros movimentos, foram as principais estratégias de luta de acesso à terra durante muitos anos. Há uma estimativa, de acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), de que entre os anos de 1995 e 1999, aproximadamente 85% dos 2.750 assentamentos rurais com cerca de 300 mil famílias no país foram criados por meio de ocupações de terra.

Entre 1986-1997, 77% dos assentamentos das regiões Sul e Sudeste, e dos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco foram conquistados por meio das ocupações. Na procura de estratégias contra esses movimentos sociais do campo brasileiro, o agronegócio se une a outras esferas conservadoras da política nacional como: mídia conservadora e a Bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala), que são seus representantes no Legislativo e negociam os interesses desse grupo.

Os dados demonstram que um acirrado processo de criminalização dos movimentos organizados e de trabalhadores vem se desenvolvendo no Brasil, com o objetivo de atemorizar e desmobilizar segmentos que lutam pela efetivação de direitos essenciais previstos na Constituição (Senado Federal, 2017). Assim, diante desse contexto, historicamente o MST e outros movimentos sociais no país enfrentam muitas lutas, desafios, resistências e opressões.

A luta pela terra, pouco a pouco, foi ampliada, entendendo que era necessário democratizar e levar condições justas de acesso dos recursos financeiros aos camponeses. É preciso que

[...] tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização (Stédile; Fernandes, 1999, p. 163).

É por meio da luta pela terra que a reforma agrária permaneceu na pauta política do Estado em distintos governos. Os camponeses têm a chance de garantir a sua existência e reprodução, onde "o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar". Todavia, com os passar dos governos e com a pressão das forças hegemônicas latifundiárias, alteradas ou lideradas pelo agronegócio, o que predominou foi uma contrarreforma agrária. Grande parte dos assentados localiza-se em terras degradadas ou que necessitam de incrementos, apresentam a falta de assistência técnica e são distantes dos centros consumidores. Dessa maneira, o "problema não se resolve em si, se reproduz em si".

É nesse contexto que tentamos direcionar o debate sobre a atual reforma agrária, focando nas contradições e empecilhos, como também na sustentabilidade da relação sociedade/natureza em pleno séc. XXI. A reforma agrária necessita ser introduzida

"[...] num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela usufruir, mas a Terra como totalidade planetária" [...] (Carvalho, 2013, p. 133).

Dessa forma, se compreende a reforma agrária como um extenso conjunto de mudanças na organização agrária de uma região ou país que pretende alcançar melhoria nas situações sociais, econômicas e políticas da população rural.

De acordo com Carter e Carvalho (2010), há duas vias para realizar uma reforma agrária: uma conservadora e a outra progressista. A reforma agrária conservadora se envolve em caráter reativo ao invés de

proativo, e se restringe a um limite de ação para as mudanças sociais. Ela responde à pressão social e ao propósito de amenizar os conflitos no campo, e deixa à parte as medidas de promoção da agricultura familiar perante a transformação da estrutura fundiária e as suas relações de poder. Trata a reforma agrária como uma questão setorial e isolada, algo marginal para o desenvolvimento rural. Os assentamentos são colocados em pontos específicos e dispersos, em que não mudam de maneira precisa a estrutura fundiária atual e desigual.

De outro lado, apoiada pelo MST e seus aliados no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo, há a reforma agrária progressista, que visa mudar a estrutura agrária e as relações de forças sociais e políticas no campo. Busca acabar com o latifúndio, de modo a impor regras legais que diminuam o tamanho da propriedade rural; democratizar o acesso à terra para as famílias mais carentes no campo; e findar com o oligopólio das grandes multinacionais que asseguram um modelo agrícola que se baseia na concentração de terras, na monocultura, na desigualdade social e no impacto ambiental. Essa reforma só é suscetível de existir se implementada por um Estado forte e centrado nos interesses da classe trabalhadora, com programas de crédito, comercialização, educação, saúde, obras de infraestrutura e assistência técnica visando promover a agroecologia.

Em Uberaba (MG), a estrutura fundiária se assemelha à desigual concentração de terras do Estado. Até 2016, um número baixo de imóveis rurais detiam quase 44% de todas as terras ocupadas. Em 2018, dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades registradas, cerca de 60% estavam sob o controle de grandes proprietários de terras, enquanto os pequenos proprietários cobriam apenas 11%. Nesse município, o agronegócio comanda o espaço agrário. A pecuária extensiva do gado Zebu, provinda do final do século XIX, e a instalação do setor alcooleiro na década de 1970 levaram Uberaba a ocupar um papel de expoência junto à agricultura capitalista. As grandes corporações do agronegócio impõem novas relações de poder na definição do sistema alimentar do globo, garantindo e ampliando sua hegemonia.

O regime alimentar atual, fincado no neoliberalismo, caracteriza-se pela concentração de poder mediada por poucas empresas, sem a intenção de levar o bem-estar social aos indivíduos, mas aumentar o seu capital cada vez mais, transformando o alimento - que deveria ser acessível a todos - em mercadoria.

Eleva-se o poder das corporações, institucionalizando-se uma supremacia relativa, fazendo com que os Estados se aliem aos interesses do capital. Nos anos de 2012 a 2015, o agronegócio cresceu mais de 12% na expansão da sua área; em contrapartida, a agricultura familiar declinou cerca de 15% em Uberaba.

Essa diminuição reflete o grau do descaso com um sistema de produção responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos nacionalmente e que propaga a soberania alimentar. Para tentar compreender melhor o agronegócio e a agricultura tradicional em Uberaba, dialogamos, na próxima seção, sobre as disputas territoriais entre esses dois sujeitos. Serão destacados a produção de gêneros e cultivos, a área de produção e as políticas públicas.

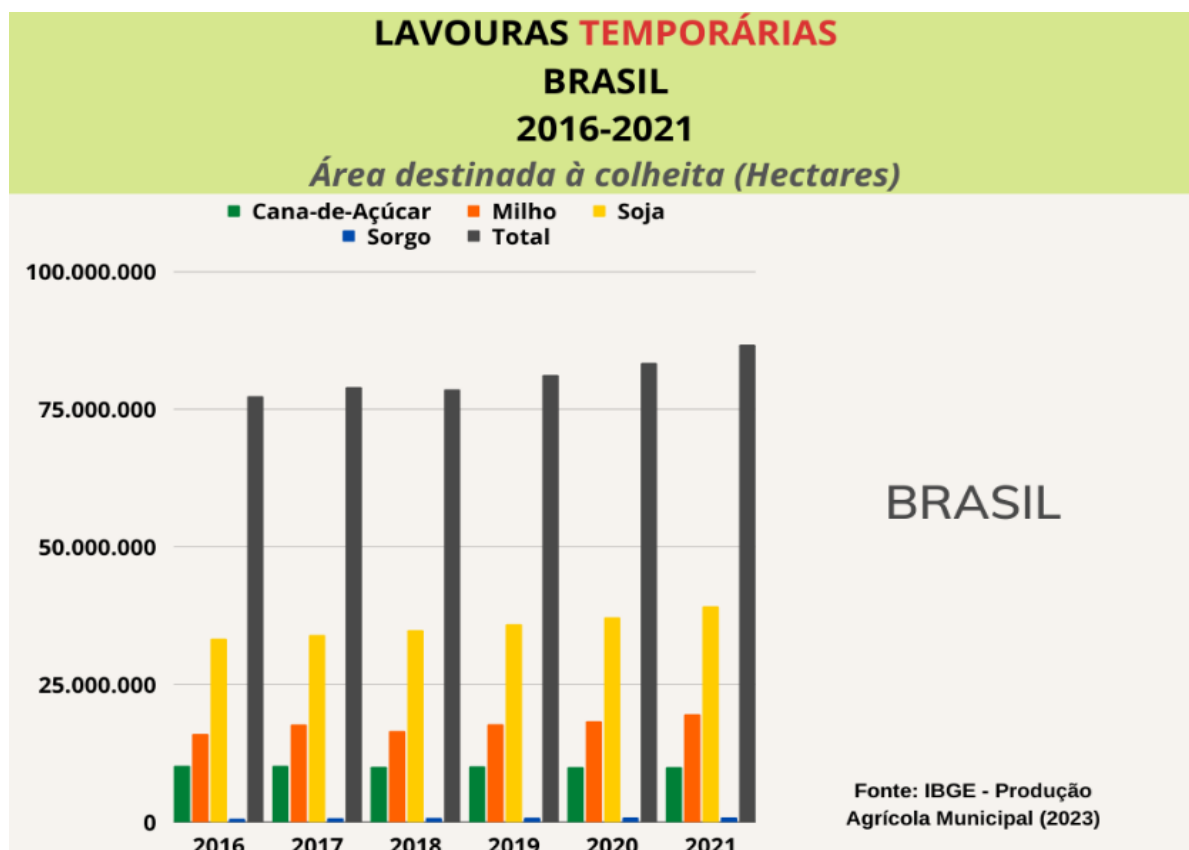
3 Produção de gêneros/cultivos, área de produção e políticas públicas: compreendendo as disputas territoriais em Uberaba (MG)

As observações foram feitas em três partes: produção de gêneros e cultivos, área destinada à colheita de gêneros e políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sendo assim, utilizando dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), foi realizada uma análise comparativa das lavouras temporárias e permanentes nas escalas municipal (Uberaba) e nacional (Brasil) para o período de 2016 a 2022.

A análise buscou refletir as consequências do golpe parlamentar-jurídico-midiático no campo e fornecer uma comparação entre as produções do território brasileiro e Uberaba, em que a hegemonia do agronegócio representa um desafio significativo para a construção de uma projeto de Reforma Agrária Popular e que culmine na produção de alimentos.

A Figura 1 mostra que nas lavouras temporárias apenas três tipos de culturas (soja, milho e cana-de-açúcar) ocupam cerca de 80% da área destinada à colheita no Brasil durante todo o período analisado (69 milhões de hectares em 2021).

Figura 1. Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo (Brasil, 2016 a 2021)

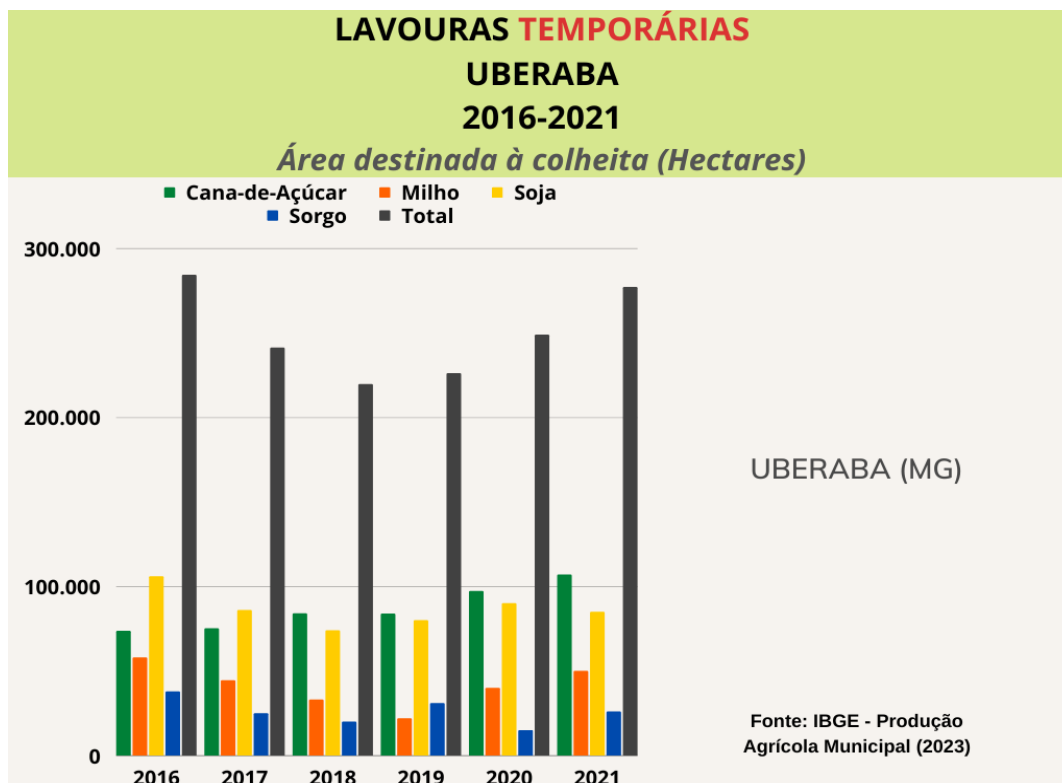


Fonte: Os autores.

Nesse período, especificamente em 2020, a soja destacou-se como a cultura mais cultivada, com 37 milhões de hectares, quatro vezes mais que a cana-de-açúcar - que contabilizou 10 milhões de hectares. Além disso, verifica-se que a produção de soja e milho aumentou em aproximadamente 9 milhões de hectares.

Quando se considera o município de Uberaba (MG), sede de duas usinas sucroalcooleiras, é possível observar que os padrões da produção agrícola seguem a mesma tendência nacional, como mostra a Figura 2. A cana-de-açúcar é a cultura que se destaca em Uberaba, refletindo a hegemonia do agronegócio na região.

Figura 2 – Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo (Uberaba, MG, 2016 a 2021)



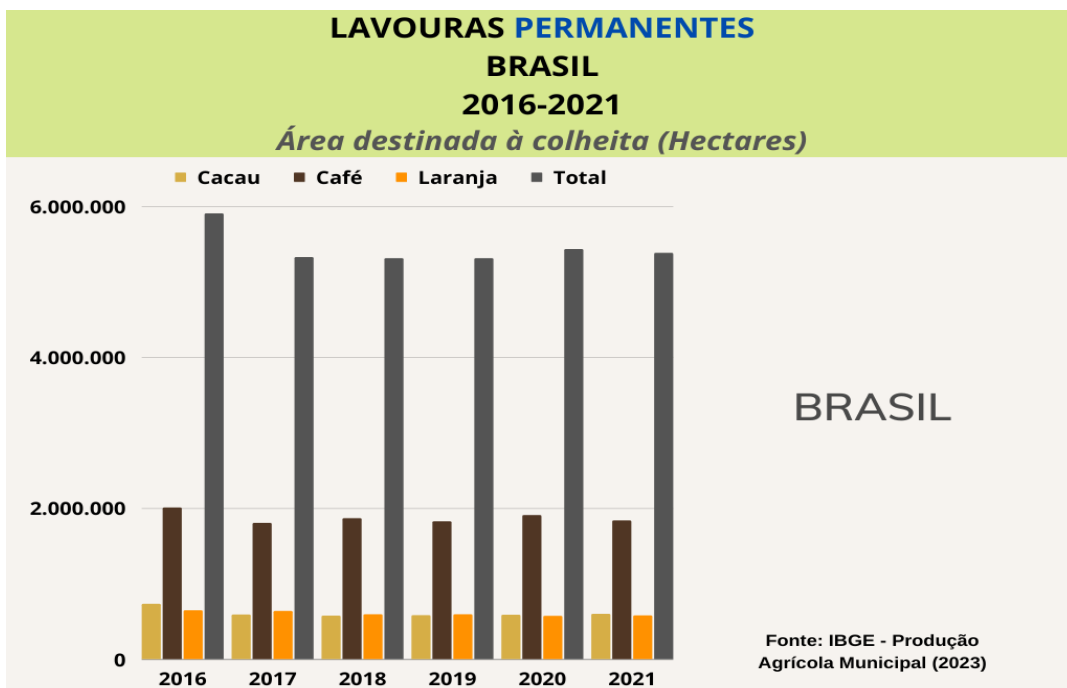
Fonte: Os autores.

A situação no município de Uberaba, segundo dados obtidos, segue os padrões brasileiros de monocultura, em que as três principais culturas representam aproximadamente 95% da área destinada à colheita de lavouras temporárias.

Embora perceba-se uma redução no número de hectares destinados à colheita dessas culturas em 2017, a partir de 2018 houve um aumento devido a incentivos governamentais relacionados à agricultura corporativa. A concentração em monoculturas com objetivo de lucro e atendimento ao mercado exterior compromete a produção da agricultura familiar, como destacado por Alentejano (2018).

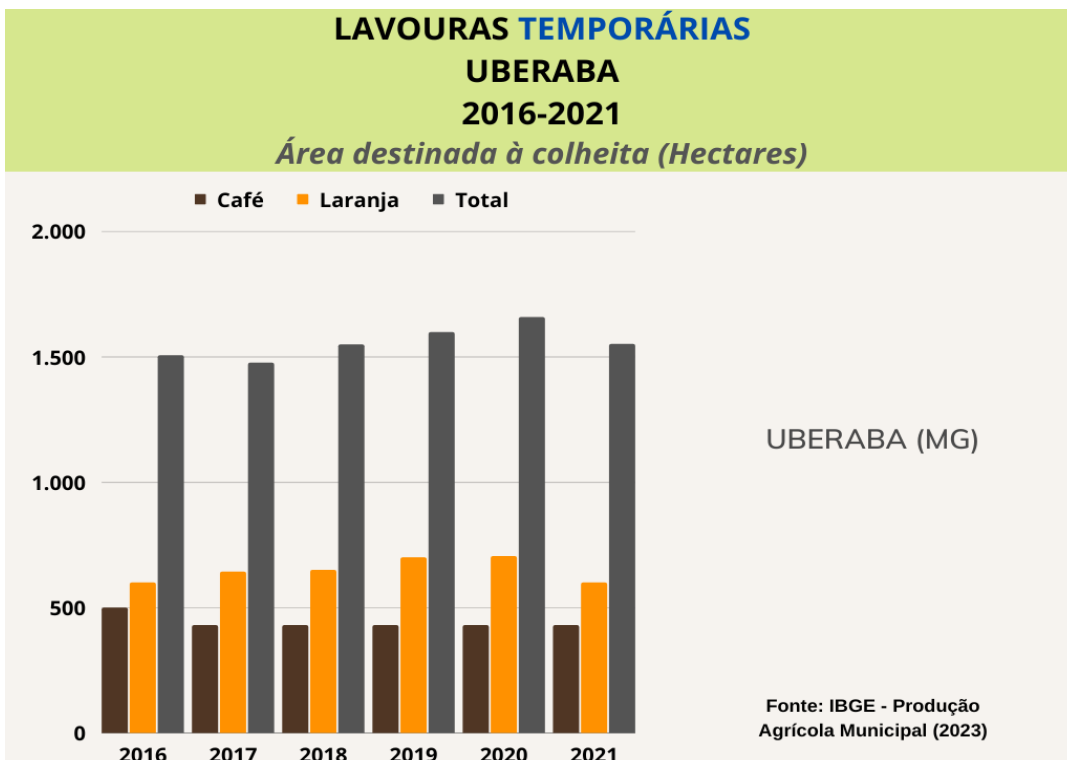
O governo de Michel Temer deixou claro seu posicionamento em relação às disputas no campo brasileiro logo em seus primeiros atos, quando extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelou desapropriações de terras e demarcações de terras indígenas e quilombolas. Nas lavouras permanentes (Figuras 3 e 4), o que se observa é a predominância de três tipos de culturas: café, cacau e laranja.

Figura 3. Lavouras Permanentes – Área destinada à colheita de cacau, café e laranja (Brasil, 2016 a 2021)



Fonte: Os autores.

Figura 4. Lavouras Temporárias - Área destinada à colheita de café e laranja (Uberaba, MG – 2016 a 2021)



Fonte: Os autores.

A cultura do café representa cerca de 34% das áreas destinadas à colheita de lavouras temporárias no Brasil. Em conjunto com outras duas culturas, detêm mais da metade dessas áreas. De acordo com Bernstein (2011), há uma forte tendência de concentração de terras, com um pequeno número de grandes fazendas detentoras de grandes áreas. Isso é resultado da busca por lucro e capital, o que leva a um aumento significativo nas toneladas dessas monoculturas.

No município de Uberaba, em 2021, houve 277 mil hectares destinados à colheita de lavouras temporárias, enquanto as lavouras permanentes apresentaram apenas 1.551 hectares (Figura 4). Embora o número de hectares seja menor, o padrão de produção segue o nacional, com o café e a laranja como as maiores culturas, representando 66% da área destinada à colheita em lavouras permanentes.

Com isso, há poucas áreas agricultáveis restantes, o que impacta na produção de alimentos em 2021. Em Uberaba, 521 hectares foram diversificados para lavouras permanentes, enquanto 9.070 hectares foram destinados à produção de alimentos distintos em lavouras temporárias. Este número é substancialmente menor em comparação com as grandes plantações de monoculturas já mencionadas. O regime alimentar corporativo é representado pelas corporações do agronegócio, que assentados no latifúndio, controlam e dominam as terras.

Se considerados os dois últimos Censos Agropecuários, percebe-se que a estrutura fundiária foi praticamente inalterada. No caso de Uberaba, a presença do latifúndio desde a fundação do município, no século XIX, originou uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades cadastradas, quase 60% estão sob o controle do latifúndio, enquanto que os pequenos abrangem apenas 11% das terras.

Além disso, o PAA e o PNAE são iniciativas cruciais para a promoção e manutenção da soberania alimentar nacional, apoiando a agricultura tradicional, responsável pela tarefa de alimentar o país. A análise dos dados obtidos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Prefeitura Municipal de Uberaba apontam para a evolução dos valores investidos no PAA (Quadro 1).

Quadro 1. Programa de Aquisição de Alimentos – Recursos aplicados (Brasil e Uberaba, MG - 2016 a 2020)



Fonte: Os autores.

É notável que, a nível nacional, o PAA vem apresentando uma tendência de decréscimo ao longo dos anos, atingindo seu menor valor em 2019 durante o governo Bolsonaro. No entanto, em 2020, esse valor apresentou um aumento considerável, saltando cinco vezes em relação ao ano anterior - para R\$223 milhões. De acordo com o relatório anual disponibilizado pela CONAB, esse aumento pode ser explicado pelos recursos destinados à segurança alimentar e nutricional do país durante a pandemia da COVID-19, com a Medida Provisória nº 957.

Em adição a questão da pandemia, o biólogo evolucionista e fitogeógrafo Rob Wallace (2020) apresenta, em seu livro *Pandemias e Agronegócio*, uma articulação interdisciplinar entre as ciências biológicas e sociais, na qual expõe a relação entre o modelo de produção agrícola dominante e as transformações na natureza que são responsáveis por epidemias e pandemias. A obra revela que o modelo de produção agrícola atual é um importante fator na emergência de doenças

infecciosas, tendo em vista que o agronegócio busca a maximização dos lucros por meio da produção em grande escala, o que acarreta em impactos significativos na biodiversidade e nos ecossistemas naturais.

[...] o rebanho industrial se apresenta como uma população ideal para dar suporte aos patógenos virulentos. O crescimento de monoculturas genéticas de animais domésticos pode remover qualquer barreira de imunidade capaz de desacelerar a transmissão (Garret & Cox, 2008). Tamanho e densidade populacional maiores facilitam maiores taxas de transmissão. As condições de confinamento deprimem a resposta imune. A alta produtividade, parte de qualquer produção industrial, fornece uma oferta continuamente renovada de hospedeiros susceptíveis: o combustível para a evolução da virulência (Wallace, 2020, p. 79-80).

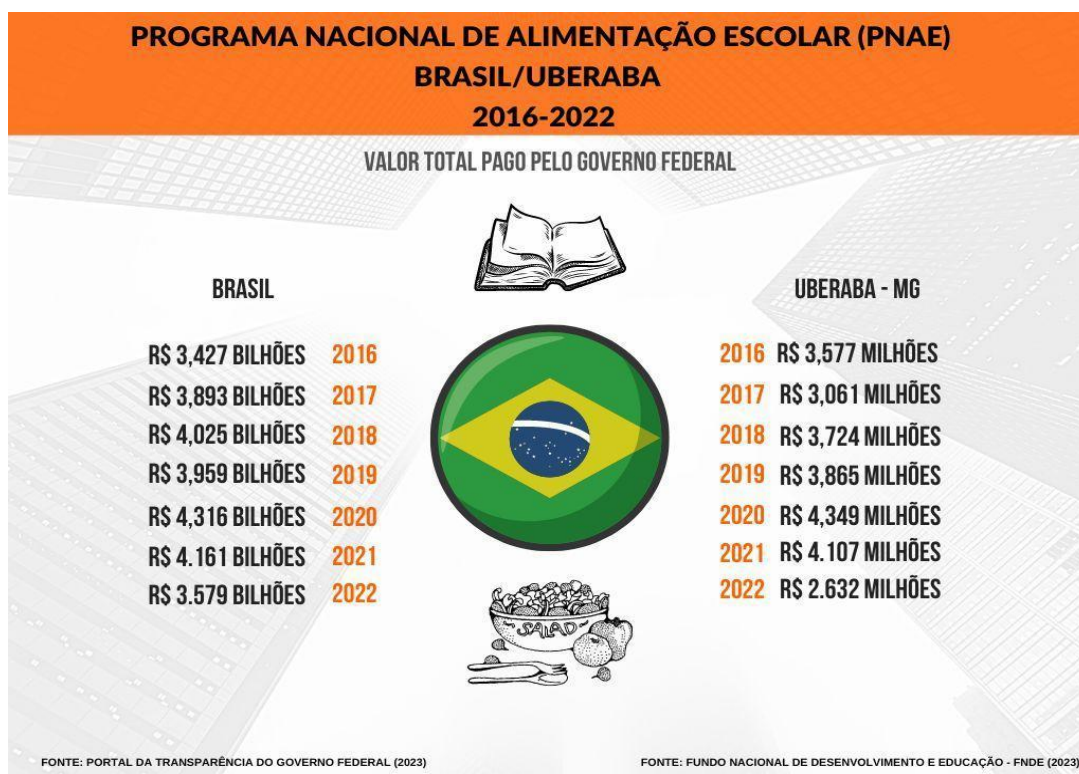
De fato, o modelo de produção intensiva cria condições propícias para a rápida disseminação e evolução de vírus, inclusive entre os seres humanos, graças ao mosaico genético que amplia as possibilidades de recombinações das proteínas virais, gerando novas cepas mais transmissíveis, patogênicas ou até mesmo letais. Essa dinâmica representa um aumento significativo em relação aos ciclos "naturais" anteriores, que dependiam da migração de aves selvagens. Há anos, Rob Wallace vem alertando para a combinação desses fatores sociais, que podem desencadear um processo evolutivo viral resultando em pandemias cada vez mais letais. Dessa maneira, uma maior atenção a esse modelo produtivo de larga escala é necessário. Portanto, esse aumento é temporário e não reflete uma melhoria nas políticas e reformas para o desenvolvimento da segurança alimentar nacional. Uma vez que esse período pandêmico chegar ao fim e a medida provisória for revogada, é possível que os valores voltem a decrescer, dada a ausência de uma política sólida e sustentável para o setor agrícola.

No caso de Uberaba, a Prefeitura Municipal relata que o município não recebeu mais recursos para o PAA desde 2020. De acordo com a tabela, os valores investidos têm decrescido ao longo dos anos, o que reflete a falta incentivo à agricultura familiar, essencial para a produção de alimentos.

A análise dos dados do PNAE (Quadro 2) revela que os recursos destinados à alimentação escolar encontram-se, em média, na casa dos quatro bilhões de reais no Brasil. Em 2020, devido à Lei 13.987/20, diversas escolas ofereceram cestas básicas, permitindo que os alimentos

destinados às escolas públicas fossem distribuídos aos alunos e suas famílias em decorrência do fechamento dessas instituições pela COVID-19.

Quadro 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar Valor total pago (Brasil e Uberaba, MG - 2016 a 2022)



Fonte: Os autores.

Em Uberaba, o valor de recursos destinados ao PNAE também apresentou aumento no período analisado, mas com drástica redução em 2022. Os efeitos da pandemia ainda precisam ser melhor analisados, no entanto, essa elevação não é suficiente para garantir a segurança alimentar adequada para a população, sendo necessário que a distribuição e aplicação dos recursos sejam ampliados. De acordo com as normas estabelecidas pelo Programa, 30% dos recursos são destinados à compra de produtos provenientes da agricultura tradicional. Num município em que a área destinada à agricultura familiar é de apenas 11%, a política de reforma agrária é de suma importância, sendo os assentamentos rurais parte desse projeto.

Na próxima seção, abordamos os enfrentamentos e as resistências na luta pela reforma agrária, destacando o território camponês, neste caso o assentamento rural PA Dandara, na tarefa da produção de alimentos.

4 Assentamento rural PA Dandara

Os assentamentos rurais em Uberaba (MG) resultam de uma política de aquisição de terras improdutivas por meio de desapropriação. Em 2005, foi criado o assentamento rural PA Dandara, com uma área total de cerca de 480 hectares e lotes entre 10 e 15 hectares. A disputa pela terra começou na antiga fazenda São Sebastião Tijuco, encabeçada pelo MST, com uma ocupação ocorrida no mesmo ano.

Posteriormente, ainda que em meio a um contexto de intensa territorialização do agronegócio, a terra foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) devido à degradação ambiental devidamente comprovada.

Acerca do processo de ocupação, os assentados e assentadas do Dandara não sofreram intervenções violentas ou despejos nesta localidade. A desapropriação se deu por razão de crime ambiental. [...] Portanto, a designação dessa terra é resultado da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras pela redemocratização da terra, viabilizada por meio da criação deste projeto de assentamento (Masson, 2016, p. 205).

Embora o processo de ocupação e assentamento tenha ocorrido no mesmo ano, essa não foi uma tarefa fácil para os envolvidos nas duas lutas. Os moradores que se estabeleceram na terra já tinham participado de outras campanhas do MST antes da conquista desse novo território.

Há que se destacar que as famílias do assentamento Dandara, conforme nos relatos acima, são remanescentes de outras áreas de acampamento e assentamento do MST, portanto, vivenciaram outros conflitos, acumulando ao longo de suas vidas diversas lutas e intempéries da condição de viver acampado (Masson, 2016, p. 207).

A experiência e a vivência acumuladas na militância e nos acampamentos/assentamentos do MST foram decisivos para a organização no Dandara e para a construção da identidade dos acampados que se tornaram assentados. O assentamento tem capacidade para 16 famílias, e sua produção inclui leite, ovos, queijos,

muçarela de búfala, frangos, porcos, pimenta, verduras, frutas e legumes, que são quase todos comercializados pelas famílias.

Em 2006, foi fundada a Associação dos Assentados pela Reforma Agrária Dandara (ARDA), e há também uma indústria de laticínios que produz muçarela de búfala por uma das famílias que residem no território.

Atualmente, a produção de alimentos se concentra na diversidade e na utilização de práticas agroecológicas, visando o sustento dos assentados e a comercialização. Embora muitos produtos (queijo, frango, leite, ovos e pimentas) sejam comercializados no mercado, a maioria é destinada ao consumo das famílias, visto o relato de vários problemas que atingem, sobretudo, a produção no assentamento.

Dentre eles, o mais recente e preocupante é a ausência de assistência técnica aos assentamentos do município. Segundo as famílias entrevistadas, a Agrolago, instituição responsável, suspendeu sua atuação no assentamento este ano, fato que dificulta e agrava a condição financeira e a reprodução econômica e social camponesa dos assentados. Outro problema sinalizado foi a ausência do serviço prestado pela prefeitura do município, o qual também foi suspenso por prazo indeterminado. A atividade de arar a terra era feita por máquinas pelo poder público local, contudo, em virtude da crise econômica enfrentada, as máquinas passaram a não executar mais as atividades no assentamento, o que também gerou empecilhos para a reprodução econômica e social dos assentados. O transporte para o escoamento dos produtos destaca-se como mais um problema. Os altos preços praticados pela cobrança deste serviço impedem que a produção seja comercializada, encarecendo os preços e impossibilitando a geração de renda para as famílias (Vinha, 2018, p. 284).

Até o momento, de acordo com recente visita ao assentamento, em 2022, observou-se que esses problemas ainda persistem e, em muitos casos, se acirraram com o passar dos anos. O problema mais relevante é a falta de água nos lotes. Com isso, devido às condições precárias, muitas famílias trabalham em fazendas próximas ou são dependentes da seguridade social, enquanto outras vendem artigos de crochê como trabalho auxiliar para garantir o sustento. Embora enfrentam muitos desafios, o potencial de produzir alimentos e outros produtos é evidente.

De acordo com Vinha (2018), a organização produtiva dos lotes é reconhecida como um elemento que permite a reprodução econômica e social, com possibilidade de garantir a soberania alimentar. Evidencia o

caráter desigual, contraditório e combinado da expansão do capitalismo no campo, materializado no território camponês do Dandara que permanece resistindo frente às adversidades. Além disso, é importante destacar que as famílias consomem as hortaliças, frutas e legumes produzidos em seus lotes, e compram poucos alimentos fora do assentamento.

A produção baseia-se na diversificação de cultivos e autonomia para escolher o que produzir. São cultivadas uma variedade de hortaliças e frutas, incluindo café, quiabo, feijão, laranja, abacaxi, banana, milho, ovos, criação de porcos e frangos, produção de leite e eventualmente queijos (Fotografia 1). No entanto, atualmente a organização política está mais fraca e perde força diante das dificuldades e da falta de apoio governamental.

Fotografia 1. Cultivo de cebolinhas e outras hortaliças no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

O plantio é feito sem a utilização de veneno, mas em alguns casos são empregados nas lavouras. Para evitar, os próprios agricultores compartilham de saberes para melhorar a produção e lidar com a falta de ferramentas, como tratores na preparação do solo para a sementeira. A

decisão sobre o plantio é tomada principalmente pelos agricultores, que também consomem o alimento, o que permite uma autonomia na escolha do que, como e quando plantar.

Este modelo de autonomia e decisão constitui-se como parte do projeto de Reforma Agrária Popular, atuando no combate às desigualdades e no fornecimento de alimentos saudáveis. No entanto, como dito, isso requer apoio governamental para a agricultura tradicional, valorizando esses sujeitos na luta contra a fome e na produção de alimentos sem veneno à população brasileira.

De acordo com uma das assentadas, viver de hortaliças não é fácil, mas com a estrutura adequada, é possível produzir e viver de forma harmônica com o ambiente. Há um lote que apresenta uma produção bastante diversificada e possui potencial para fornecer alimentos de qualidade para a sociedade (Fotografias 2 e 3).

Fotografia 2. Jiloeiros no cultivo de frutas no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

Fotografia 3. Galinhas da Angola na avicultura no Assentamento Dandara



Fonte: Os autores (2022).

São diversos e grandes os obstáculos no assentamento: a falta de suprimento hídrico para as plantações e casas, a dificuldade em perfurar poços artesianos, a falta de políticas públicas e a assistência técnica. A falta de água é a mais problemática, pois reflete, diretamente, na produção de alimentos e na saúde e bem-estar dos moradores. Mesmo com as dificuldades recentes causadas pela pandemia e pela política de titularização, a produção de alimentos saudáveis é a principal preocupação dos moradores do Assentamento Dandara. Eles plantam e consomem os alimentos produzidos, sendo que a qualidade da alimentação melhorou significativamente desde que o assentamento foi conquistado. Em um dos lotes visitados, 70% do sustento da família provém da terra do Assentamento Dandara. Em alguns lotes, parte da produção é vendida, mas a tendência é doar a produção excedente para ajudar pessoas necessitadas, já que a fome no país está aumentando e as políticas governamentais não estão ajudando a combater esse problema.

No mais, um elemento que ficou evidente nas entrevistas é que a organização política necessita ser reforçada no Dandara para fortalecer os moradores. Atualmente, eles estão mais concentrados em questões

relacionadas à sua sobrevivência do que na organização política. Isso tem um impacto negativo na dinâmica do assentamento, sendo fundamental que a organização política seja colocada como prioridade nas discussões para garantir o desenvolvimento territorial camponês. Sem organização coletiva, o fortalecimento do grupo é dificultado ainda mais.

Recentemente, em 2022, o INCRA titularizou as terras para os assentados, o que significa que elas deixaram de pertencer ao governo. No entanto, a venda dessas terras para latifundiários pode se tornar uma tendência cada vez mais comum, pois os assentados são pressionados a vender suas terras. A venda dessas terras representa a retomada do latifúndio, e o que antes era uma grande parcela de terra dividida em lotes para agricultura familiar, hoje está sendo convertida, novamente, aos grandes produtores.

Os assentados desejam continuar vivendo em suas terras, mas são constantemente impactados pelo avanço do modo capitalista de produção que predomina no país. E no presente, o apoio governamental é insuficiente para que possam continuar no campo. Um dos assentados afirma:

“A terra dá muita coisa para a gente comer se cuidando e plantando dela, se não plantar, não vira nada... Aqui tem muito e eles vem pegar aqui comigo. Alguns tem a terra e não plantam nada...” (ENTREVISTADO 3, Assentamento Dandara, 2022).

Ou seja, além de tudo já discutido em relação ao agronegócio, as inúmeras terras improdutivas e destinadas à pastagem poderiam ser distribuídas para quem realmente quer plantar e ajudar a alimentar o país. Porém, não é o que ocorre. Sem organização política na luta pela Reforma Agrária Popular, a única alternativa que lhes resta é a entrega do lote e a saída da terra. Outros ainda persistem. Mas até quando?

5 Considerações finais

Ficou evidente que a produção diversificada de alimentos em Uberaba (MG) é diminuta em relação às monoculturas exploradas pelo agronegócio. A disputa territorial entre essas duas formas de produção é assunto que vem ganhando cada vez mais destaque, pois enquanto o

agronegócio prioriza a maximização de lucros com produções de grande escala, a agricultura tradicional tem como objetivo garantir a segurança alimentar e preservar o meio ambiente. No entanto, é necessária a valorização dos agricultores camponeses familiares e de seus modos de produção, responsável por grande parte da produção de alimentos no país, e que tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar da população, especialmente em regiões mais afastadas e menos desenvolvidas.

No caso do Dandara, observou-se a resistência dos moradores, que lutam pela permanência na terra. A troca e comercialização de alimentos entre as famílias do assentamento, a produção sem o uso de agrotóxicos e similares, autônoma e independente do agronegócio, a produção para alimentação e sustento próprio e diversificada (policultura) são elementos que caracterizam os desafios da reforma agrária. Em nosso trabalho de campo, as famílias entrevistadas trouxeram a preocupação da situação do assentamento. A estrutura política poderia ser mais robusta para ampliar a autonomia dos assentados.

Atualmente, os moradores estão mais concentrados em sua subsistência e questões cotidianas, deixando a organização política escanteada. Isso tem um impacto negativo na dinâmica interna do assentamento. É fundamental que a organização política se torne um ponto central de discussão para assegurar a produção de alimentos no assentamento. Logo, para promover a justiça social e ambiental em Uberaba (MG), é preciso investir em políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e uma Reforma Agrária que não garanta, apenas, o acesso à terra. É preciso avançar para uma produção de alimentos mais diversificada e equilibrada, e diminuir as desigualdades sociais e os impactos ambientais presentes numa região dominada pelo agronegócio.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. **OKARA: Geografia em debate**, p. 308-325, 2018.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

BERNSTEIN, H. A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011.

CARTER, Miguel; CARVALHO, H. M. de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, p. 287-330, 2010.

CARVALHO, H. M. de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. In. _____. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Valor bruto da produção deve atingir R\$ 1,192 trilhão em 2021. **Instituto CNA**, Brasília, p. 0-0, 15 abr. 2021.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente: Unesp, 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora, Unicamp, 1985.

FERNANDES, B. M. CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161-197, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-40, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. ACUMULAÇÃO PELA RENDA DA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Revista Nera**, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERREIRA, M. O. FRANCISCA DE SOUZA DOS CAMPOS VINHA, J. EXPRESSÕES DO AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: . **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 495-522, 1 jun. 2020.

IBGE. PAM. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil> Acesso em: 10 jan. 2023.

LEAL, S. C. T. RESENHA DE: MCMICHAEL P. **REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2016.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?** Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara no município de Uberaba/MG. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Franca (SP), 2016.

MITIDIERO Jr., M. A. BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do CENSO agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v.18, n.3, set-dez 2017. P 7 – 77.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 73, p. 183-198, 2020.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 22 abril 2022.

PLOEG, J. D. V. D.. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008. Disponível em: <https://research.wur.nl/en/publications/the-new-peasantries-struggles-for-autonomy-and-sustainability-in->. Acesso em: 22 abril 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 109-117, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, C. C. M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados–PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros: Japanese-Brazilian Cooperation Program for Development of the Cerrados-PRODECER: a specter circles over Brazil's cerrados. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, 2016.

SENADO FEDERAL. Debatedores denunciam na CDH avanço da criminalização dos movimentos sociais. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/debatedores-denunciam-na-cdh-avanco-da-criminalizacao-dos-movimentos-sociais>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SILVA, L. L. O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE CERRADO ENTRE AS DÉCADAS DE 60 E 80. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 2, p. 25–36, 2001. DOI: 10.14393/RCG2215251.

SIMULA, G. **Milking Money: exploring the struggle for autonomy from theory to practice**. 2015. Paper (Master of arts in development studies) -International Institute of Social Studies, The Hague, 2015. Disponível em: https://thesis.eur.nl/pub/33311/GSimula_MA_2014_15_AFES.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

SOUZA, D. de O. As pandemias/epidemias em foco: reflexões ensaísticas sobre a relação entre ser humano e natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–237, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.44909.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária**, n. 10-11, p. 99-130, 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: _____. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 1999. p. 117.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. Campesinato Mineiro em questão: dilemas e desafios da produção e comercialização de alimentos produzidos no assento rural Dandara Uberaba-MG. In: SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DO NATRA: MOVIMENTOS SOCIAIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR, 8, 2018, Franca. **Anais eletrônicos [...]** Franca: UNESP-FCHS, 2018. p 273-288.

VINHA, Janaína. Francisca de Souza Campos; MASSON, Gabriela. Abrahão. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. In: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. (org.). **Olhares Cruzados: políticas e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro.** Jundiaí, SP: [s.n], 2018. p. 275-298.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.** São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Sobre os autores

Diego Antonio Xavier da Silva  

Estudante de Geografia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
Email: diegodbsk@gmail.com

Janaína Francisca de Souza Campo Vinha  

Graduada e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) em Franca (SP). Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), onde coordena o Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e o Laboratório de Geografia Agrária. Integrante da rede Dataluta.
Email: janaina.vinha@uftm.edu.br

Histórico

Recebido em: 14/02/2023. Aceito em: 10/04/2023. Publicado em: 01/10/2023.